

O ADJETIVO NA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: A PROPOSTA DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Silvana Barbosa Pereira*

Resumo: O objetivo central deste trabalho é mostrar como certos adjetivos e expressões adjetivais atuam sobre os substantivos, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa e participando, de modo decisivo, na estruturação global dos discursos. Propõe-se um estudo lingüístico do sentido, tomando como referencial teórico a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e colaboradores. Fazendo um percurso pelas diversas formas que a teoria tomou, chega-se à conclusão de que a Semântica Argumentativa mantém na fase atual, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), os mesmos fundamentos propostos na sua fase inicial e, mais do que isso, radicaliza na defesa de que “só o discurso é doador de sentido”. O *corpus* tomado para análise é uma reportagem publicada na *Folha de São Paulo*, em outubro de 2008. Aplicam-se os construtos teóricos da TBS, a fim de verificar as argumentações evocadas pelas entidades lingüísticas e a posição do locutor frente aos enunciadores.

Palavras-chave: Argumentação. Interdependência semântica. Modificadores.

Abstract: The main goal of this work is to show the way some adjectives as well as adjectival expressions act upon nouns: they increase or reduce their argumentative force and they take part very positively in the global structure of discourse. We propose a linguistic study on the meaning, following Ducrot's ideas on Argumentative Semantics and some concepts of other researchers. We go through the various forms the theory presents until the moment and we get to the conclusion that Argumentative Semantics holds in the current phase, the Semantic Theory of Blocks (TBS), the same basis as the one proposed in the beginning. Besides, it reinforces the saying that “discourse is the only donor of meaning”. The *corpus* taken as analysis is a newspaper report published at “Folha de São Paulo” (October, 2008). We apply theoretical constructors of TBS in order to verify argumentations evoked by linguistic entities as well as the position of the speaker in face of enunciators.

Key words: Argumentation. Semantic interdependence. Modifiers.

Introdução

Este trabalho busca analisar a atuação de certos adjetivos e expressões adjetivais sobre os substantivos, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa e participando, de modo decisivo, na estruturação global dos discursos. Para isso, toma como referencial teórico a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e colaboradores, mais especificamente, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) proposta por Marion Carel a partir de 1992, ano de publicação da tese de doutorado da autora. A Semântica Argumentativa, apoiada na noção de *valor*, do

* Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFES, Vitória-ES, Brasil. e-mail: silbpc@hotmail.com. Orientação: Prof.^a Dr.^a Hilda de Oliveira Olímpio.

estruturalismo saussuriano, postula que a significação está marcada na língua, que oferece instruções para a interpretação do sentido dos enunciados e dos discursos. De acordo com Carel e Ducrot (2005) somente o discurso é doador de sentido. Portanto, propõe-se aqui um estudo lingüístico do sentido, buscando na significação aberta das frases as diretrizes para se alcançar o sentido dos enunciados e dos discursos.

O discurso tomado para análise é uma reportagem publicada na *Folha de São Paulo*, em outubro de 2008. Aplicam-se os construtos teóricos da TBS, a fim de verificar as argumentações evocadas pelas entidades lingüísticas e a posição do locutor frente aos enunciadores, fonte dessas argumentações. A análise evidencia o papel dos adjetivos como *modificadores realizantes* ou *desrealizantes* dos substantivos os quais acompanham.

A Semântica Argumentativa

A Semântica Argumentativa parte do princípio de que a função primeira da língua é a de argumentar. Pode-se afirmar, simplificando um pouco, que esta é uma corrente teórica voltada para o estudo lingüístico da argumentação. Diferentemente da Retórica, que considerava a argumentação como a arte de persuadir o auditório, e da Lógica, que centrava a argumentação numa relação de inferência entre proposições verdadeiras, Oswald Ducrot e Jean-claude Anscombe (1983) se propõem a tratar a argumentação sob uma perspectiva estritamente lingüística, defendendo que o sentido não deve ser buscado numa relação direta da linguagem com as coisas do mundo, nem da linguagem com os pensamentos e as crenças dos falantes, mas na relação observada entre enunciados, relação esta que se interpreta mediante diretrizes inscritas na língua, as quais se refletem no discurso.

Essa teoria tem suas origens na proposta estruturalista saussuriana para o estudo da linguagem, de onde Ducrot retira conceitos, modificando-os e/ou ampliando-os. Acompanhando a orientação estruturalista, a Semântica Argumentativa postula a não-referência ao mundo para delinear seu objeto de estudo. Para Ducrot, o sentido de um enunciado deriva da significação inscrita na língua. Desse modo, o sistema, construído pelas frases da língua, fornece instruções para que seja construído o sentido dos enunciados nas circunstâncias em que ocorrem. Não se trata, portanto, de um sentido em si, mas de um sentido buscado na relação envolvida no discurso.

A Semântica Argumentativa compreende as fases por que passou a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) proposta por Ducrot e Anscombe. O primeiro momento da

TAL é denominado, pelo próprio Ducrot, de Forma *Standard* ou Primeira Forma e compreende os trabalhos pertinentes às primeiras noções da teoria, a partir da publicação de “L’argumentation dans La *langue*”, em 1983. O segundo ficou conhecido por Forma “Recente” ou Segunda Forma e tem como principal característica a articulação entre as noções de polifonia e de *topos* no estudo da argumentação ([1984] /1987, 1988, 1995). E a terceira versão é tratada como a Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Marion Carel, a partir de 1992, e desenvolvida pela autora e por Ducrot desde então.

Na primeira forma da TAL, Ducrot e Anscombre propõem discutir o ato argumentativo opondo-se à concepção tradicional de argumentação, segundo a qual o discurso é considerado argumentativo se contiver argumento e conclusão, sendo que o primeiro, uma asserção apresentada como justificativa, indica um fato passível de ser julgado como falso ou verdadeiro, independente da conclusão. Os dois semanticistas refutam essas condições, pois, para eles, as palavras só têm sentido completo, quando tiramos conclusões delas, não podendo, assim, um argumento ser entendido distanciado de sua conclusão, considerada como potencial argumentativo. O sentido do enunciado, constituído de dois segmentos, sendo um argumento e uma conclusão, não é dado a partir do fato informado no argumento, mas deriva da relação que há entre o argumento e a conclusão. Para explicar esse pensamento, os autores chamam a atenção para a existência, na língua, de pares de frases, os quais, por conterem operadores argumentativos diferentes, apontam para conclusões diferentes, apesar de veicularem o mesmo fato. Para Ducrot, a conclusão define o potencial argumentativo do enunciado. Nesse quadro, as formas linguísticas são consideradas determinantes das possibilidades argumentativas, independentemente dos fatos, dos conteúdos informativos veiculados pelos enunciados. São essas formas que permitem determinadas argumentações e não outras. Esse pensamento reforça a tese de Ducrot de que a argumentação está marcada na própria língua, não devendo ser buscada fora dela. O que transforma as coisas do mundo em argumentações é o valor linguístico inscrito nos enunciados produzidos pelo locutor.

Desse modo, a Teoria da Argumentação na Língua orienta-se para a continuação do discurso e não para a realidade, nem para o pensamento, a fim de mostrar que o enunciado direciona o interlocutor a certa conclusão. Para compreender o locutor, é preciso verificar o que ele quer dizer, perceber suas intenções, prever a continuação do discurso, enfim, antecipar suas conclusões. Nessa fase, a teoria prioriza a pesquisa com operadores argumentativos (tais como *pouco* e *um pouco*, *quase*, *só*, *até*, entre outros). Nessa primeira fase da teoria, a preocupação era mostrar que pares de operadores como *pouco*, *um pouco*, *quase*, *apenas*, *até*, *só*, por exemplo, apontavam para conclusões diferentes.

Ao longo de seu percurso investigatório, Ducrot e seus colaboradores fazem questionamentos que os levam a reformular a teoria. Tais reformulações marcam os outros dois momentos abordados nesta pesquisa. A noção de polifonia (já apontada em 1980 e sistematizada em 1984) é associada à noção de *topos* (já sugerida como perspectiva em 1983, retomada em 1988 e sistematizada em 1995), marcando a segunda forma da teoria. Para Ducrot (1988), o *topos* é o princípio que permite justificar determinada conclusão. Um *topos*, atualizado no enunciado, justifica o trajeto entre o argumento e a conclusão, a fim de tornar essa conclusão indiscutível. Argumentar é, pois, justificar, a partir de um *topos*, o sentido de uma conclusão, dando voz aos diferentes enunciadores que mobilizam pontos de vista articulados no enunciado. Nessa fase da teoria, a pesquisa se volta, principalmente, para os articuladores discursivos (como *mas*), para os conectores conclusivos (como *portanto*) e para o caráter gradual da língua. No caso específico dos operadores (no caso de *pouco* e *um pouco*, por exemplo), pode-se entender que a escolha do operador está subordinada aos *topoi* que circunscrevem o uso da língua. O mesmo se pode afirmar com respeito aos conectores e articuladores.

Num terceiro momento (a partir de 1992), a noção de *topos*, por ser considerada uma categoria não lingüística, é abandonada para dar lugar à noção de *bloco semântico*, proposta por Marion Carel, para quem os encadeamentos argumentativos são constituídos de unidades interdependentes, sendo essa interdependência entre os segmentos do discurso que constitui a argumentação. Vista anteriormente como uma relação de justificação, a argumentação passa a ser definida pela interdependência das palavras que constituem os segmentos dos encadeamentos, os quais só fazem sentido no conjunto. Dito de outra forma, o caráter argumentativo do encadeamento é dado pela interdependência semântica de dois segmentos, que fazem parte de um mesmo *bloco semântico*. Isso leva à distinção de duas estruturas básicas de argumentação: normativa, em *portanto* (PT); e transgressiva, em *no entanto* (NE).¹

Essa última versão da teoria propõe uma descrição semântica do léxico da língua, através da lexicalização do bloco e de conceitos como argumentação interna e externa. Até essa fase da teoria, o encadeamento discursivo se constituía de um argumento e de uma conclusão unidos por um conector e regidos por um princípio argumentativo: o *topos*. Carel se contrapõe a essa visão. Para ela, o encadeamento é um todo formado pelo argumento e pela conclusão. Juntos, argumento e conclusão formam um bloco semântico e por isso não devem

¹ Note-se que, no francês, o símbolo que representa a argumentação normativa é DC (*DONC*) e o que representa a argumentação transgressiva é PT (*POURTANT*). Saliente-se ainda que *DONC* e *POURTANT* correspondem a categorias semânticas, que podem ser, efetivamente, realizadas no discurso de várias formas.

ter seu sentido descrito separadamente. Eles apresentam entre si uma interdependência semântica: o sentido do argumento determina o sentido da conclusão e o sentido da conclusão determina o sentido do argumento. Assim, os encadeamentos argumentativos são vistos como blocos constituídos de dois segmentos do discurso que mantêm entre si uma interdependência semântica. O que Ducrot propunha ao estabelecer que o primeiro segmento de um enunciado não porta por si só uma informação completa, isto é, se não se conhece a conclusão, não é possível entender completamente o argumento, Carel parece formalizar com a noção de encadeamento e de interdependência semântica entre eles. Ducrot parece ter, de alguma forma, aberto caminho para as formulações de Carel.

Sob esse novo enfoque, argumentar consiste em ser coerente com regras ou princípios que, através de sua lexicalização, podem ser considerados lugares-comuns. Somente o encadeamento argumentativo é unidade de sentido. As duas partes de um encadeamento só fazem sentido se vistas em conjunto na argumentação, pois nada precede a argumentação. (CAREL, 1997).

Carel e Ducrot (2005, p. 165) afirmam que “só o discurso é doador de sentido”. A TBS considera como discursos doadores de sentido os encadeamentos argumentativos. Esses encadeamentos são constituídos por dois segmentos unidos por um conector: A conector B. Admitem-se dois tipos de conectores: os *normativos* e os *transgressivos* e, em consequência, dois tipos de encadeamentos: os encadeamentos normativos e os encadeamentos transgressivos.

Os encadeamentos normativos apresentam conectores do tipo *PORTANTO* (doravante simbolizado por PT)² e os encadeamentos transgressivos apresentam conectores do tipo *NO ENTANTO* (doravante NE)³. Os conectores PT e NE são prototípicos e podem ser representados por outros de mesmo valor como *então, pois*, no caso de *portanto*; e *entretanto, embora, apesar de*, no caso de *no entanto*. Conforme Carel e Ducrot (2005, p. 14), “há, na língua, um grande número de formas que marcam tanto as relações normativas, quanto as transgressivas.” Note-se que não se trata de conectores no sentido específico, mas de uma relação semântica entre os segmentos.

Tanto os encadeamentos normativos quanto os transgressivos são constituídos de dois segmentos, cujo sentido é alcançado na relação de um segmento com o outro, isto é, o sentido do encadeamento resulta da relação de interdependência existente entre os dois segmentos.

² Na TBS, os encadeamentos normativos apresentam conectores do tipo de DONC, simbolizado por DC. Neste trabalho, optou-se por usar esses termos em português, daí o uso de PORTANTO, simbolizado por PT.

³ Os conectores transgressivos na TBS são identificados pelo conector POURTANT, simbolizado por PT. Por opção nossa em usar o português, traduzimos esse conector (na verdade, um símbolo) por NO ENTANTO, (NE).

Esse fenômeno Carel e Ducrot (2005, p. 18) chamam de interdependência semântica: “em um encadeamento do tipo “*isto portanto aquilo*”, o segmento *isto* se compreende em relação ao segmento *aquilo*; e o segmento *aquilo*, por sua vez, se compreende em relação ao segmento *isto*”. Em outras palavras, o segmento A só pode ser entendido na relação com o segmento B; e o segmento B só pode ser entendido na relação com o segmento A. O sentido do encadeamento só pode ser descrito no conjunto dos dois segmentos, de forma interdependente. O bloco semântico é então o sentido resultante da interdependência semântica entre os segmentos de um encadeamento argumentativo. Um bloco semântico é composto por quatro aspectos relacionados, que, juntos, formam um quadrado argumentativo:

- (1) Economiza, portanto tem dinheiro guardado. (A PT B)
- (2) Economiza, no entanto não tem dinheiro guardado. (A NE B)
- (3) Não economiza, no entanto tem dinheiro guardado, (Neg- A NE B)
- (4) Não economiza, portanto não tem dinheiro guardado. (Neg- A PT Neg- B)

Os aspectos pertencentes a cada bloco estabelecem entre si, relações discursivas denominadas conversas, recíprocas e transpostas. (DUCROT, 2005, p. 40.) São *conversos* os encadeamentos A CON B e A CON' neg-B, em que ocorre a troca de conectores e a negação do segundo segmento, no segundo encadeamento. São *recíprocos* A CON B e neg- A CON neg- B, em que são mantidos os conectores e ambos os segmentos contidos no primeiro encadeamento são negados no segundo; são *transpostos* A CON B e neg A CON' B, em que há, no segundo encadeamento, alternância dos conectores e negação do primeiro segmento.

Os aspectos normativos e os transgressivos podem ser ligados a uma entidade lingüística de dois modos: externo e interno. A argumentação externa (AE) de uma entidade lingüística, segundo Carel e Ducrot (2005), são os encadeamentos cuja origem ou término é a própria entidade. A argumentação externa de uma entidade lingüística pode ocorrer à direita ou à esquerda. A AE à direita é constituída pelos encadeamentos que sucedem a entidade *e*⁴. À esquerda, pelos encadeamentos que a precedem. Em outras palavras, a AE à direita de uma entidade *e* pode ser representada por *e CON A*, e à esquerda, por *A CON e*. Por exemplo, na AE à direita de *prudente*, encontra-se *prudente portanto segurança e prudente no entanto neg- segurança*.

⁴ *e* é a representação de entidade lingüística, conforme Carel e Ducrot apresentam na obra *La Semântica Argumentativa – Uma Introdução a la Teoria dos Blocos Semânticos*.

A argumentação interna (AI) de uma *entidade* é relativa a um certo número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam a entidade, ou são muito próximos a ela, isto é, os encadeamentos parafrásticos dessa entidade são exatamente o que se entende por AI. Ducrot apresenta a AI de *prudente* a partir da idéia de que, *se alguém é prudente, então toma precauções diante do perigo*, como sendo *perigo portanto precaução*. Diferentemente da AE, a AI de uma entidade lingüística não contém a própria entidade como parte de um segmento. Outra diferença marcante entre a AI e a AE é o fato de não se encontrar, na AI de uma entidade, aspectos conversos, ou seja, se se encontra na AI de uma entidade um aspecto A CON B, não se encontrará, na mesma AI, o aspecto A CON' Neg- B. Tanto a AI quanto a AE de uma entidade lingüística podem ser estruturais ou contextuais. Serão argumentações estruturais aquelas estritamente determinadas pela língua, e contextuais as que dependem de cada situação de discurso. É o caso da pressuposição.

Vale ressaltar que Ducrot enfatiza sempre que é estruturalista, o que traz como conseqüência a busca pelo sentido dos discursos voltada para a interpretação dos enunciados e das relações entre os segmentos destes, isto é, entre os encadeamentos evocados por estes. Como o discurso é definido como um conjunto de enunciados, deve-se considerar também as relações entre enunciados para se alcançar o sentido do discurso. Sentido que é perpassado pela enunciação, pela forma como o locutor se posiciona em relação aos enunciadores, assimilando-os ou tomando atitudes de aceitação ou de rejeição aos pontos de vista que se entrecruzam no discurso. Dessa forma, faz-se importante verificar como a polifonia é tratada sob a ótica da TBS, a fim de esclarecer o aporte teórico utilizado na análise proposta neste trabalho.

Ducrot e Carel (2008) reafirmam que o locutor pode se relacionar com os enunciadores de duas maneiras: assimila-os a personagens do discurso e toma atitudes em relação a eles. A assimilação, conceito não desenvolvido na polifonia de 1988, é retomada, nesta terceira fase da TAL, e consiste na atribuição de um ponto de vista (um enunciador) a seres determinados ou, com maior freqüência, a seres indeterminados.

A tomada de atitudes frente aos enunciadores é a segunda forma de relação entre o locutor e os enunciadores. Observam-se, nessa relação, três possíveis atitudes tomadas pelo locutor: assumir um ponto de vista, concordar com ele ou opor-se a ele. Assumir um ponto de vista é, pois, impor ao enunciado e/ou ao discurso o ponto de vista desse enunciador. É o caso de *“eu me sinto temeroso diante da atual crise financeira”*, em que se dá a si a origem de estar temeroso e impõe esse ponto de vista no enunciado. A concordância resulta em não poder contestar esse enunciador, apesar de não ser esse o ponto de vista imposto pelo locutor.

Por último, a oposição se dá quando um ponto de vista de um enunciador é negado no discurso. Num enunciado negativo como: “*O momento não é bom*”, o locutor se opõe a um enunciador que afirma *ser o momento bom*.

Os modificadores na TBS

Ducrot (2005, p. 163) afirma que não se pode atribuir uma AI e uma AE a todas as palavras da língua. Somente as “*palavras plenas*”, que se caracterizam pelo fato de possuírem um conteúdo, possuem AI e AE. Contudo, o mesmo não ocorre com as “*palavras gramaticais*” que são caracterizadas por não designar nenhum elemento da realidade. As “*palavras gramaticais*” não podem ser associadas a nenhum conjunto específico de discursos, mas adquirem seu sentido na relação com outros discursos que estão diretamente ligados a elas.

As “*palavras gramaticais*” ou “*palavras instrumentais*” são divididas em três categorias: *os conectores*, *os articuladores* e *os operadores*. Os *conectores* articulam segmentos, que constituem os encadeamentos argumentativos (são análogos a *portanto* e *no entanto*). Os *articuladores*, por outro lado, não articulam segmentos, mas encadeamentos. Sua função é comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os seguem e que os precedem. O *mas* é um exemplo de articulador.

Finalmente os *operadores*, que os autores subdividem em duas subcategorias: *os internalizadores* e *os modificadores*. Com respeito aos *modificadores*, Ducrot retoma, com ampliações e reinterpretções a noção já trabalhada dentro da teoria dos *topoi*, e a aplica à TBS. Nesta fase da teoria, uma palavra instrumental é chamada de *operador modificador* (Y), quando, associada a uma palavra X, forma o sintagma XY, cuja AI é constituída unicamente pelas palavras plenas contidas na AI de X. Desse modo, Y não introduz nenhum termo novo nos aspectos que constituem a AI de X; Y se limita a reorganizá-los através de uma nova combinação com os conectores e com a negação. Um exemplo de modificador é a palavra *forte* no sintagma “*forte subida*” num enunciado como: *A forte subida do dólar assusta empresários. Subida* pode ser parafraseada como “*ação de elevar-se*”. A AI de *subida* poderia ser parafraseada como “*elevação PT valorização*”. A palavra *forte*, nesse contexto, aumenta essa ação. Assim a AI de *forte subida* é a mesma de *subida*, mas reforçada. Os *modificadores* que aumentam ou mantêm a força argumentativa de uma palavra são chamados *modificadores realizantes*. (como *forte*, acima).

Compare-se, agora, o exemplo seguinte: *O dólar teve uma ligeira queda*. *Queda* pode ser parafraseada como “*deslocamento para baixo*” e sua AI poderia ser formulada como *posição acima NE deslocamento para baixo*. O adjetivo *ligeira* atenua a força argumentativa de *queda*. Assim, *ligeira queda* tem como AI *deslocamento para baixo, NE com pouca mudança de posição*.

São modificadores certos adjetivos em relação a substantivos e certos advérbios⁵ em relação a verbos. Segundo Barbisan (2006, p. 27) “o modificador Y atua sobre a força argumentativa de X porque se considera que a argumentação contida no léxico é gradual”. Observe-se que os modificadores atuam sobre a gradualidade das palavras a que se ligam, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa. E essa observação permite concluir que o aumento ou a diminuição da força argumentativa de uma palavra interfere nos discursos evocados por essa palavra e revelam a subjetividade do locutor.

Da teoria à prática: uma análise possível

Esta é uma pesquisa qualitativa que visa à busca por adjetivos realizantes e desrealizantes e a atuação destes na orientação argumentativa do discurso. Por ser uma análise discursiva, descrevem-se também as atitudes do locutor frente aos enunciadores. A análise tem como base os seguintes critérios: 1) Segmentar o discurso em encadeamentos. 2) Identificar os enunciadores postos em cena pelo locutor. 3) Identificar as atitudes do locutor frente a esses enunciadores. 4) Levantar, quando necessário, as argumentações internas ao léxico. 5) Levantar, quando necessário, o bloco semântico que constitui o encadeamento. 6) Verificar a presença de modificadores nos enunciados. 7) Identificar a atuação desses modificadores na orientação argumentativa do discurso.

Objetiva-se aqui aplicar os construtos teóricos abordados neste trabalho, isto é, os princípios defendidos pela Teoria da Argumentação na Língua (TAL), mais precisamente, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Para isso, toma-se como objeto de estudo, uma reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo*, de 01 de outubro de 2008. O discurso situa o Brasil no contexto da recente crise financeira mundial e traz o seguinte título: “*No Brasil, crédito seca até para as grandes empresas*” De acordo com as instruções contidas na

⁵ Neste trabalho prioriza-se a modificação da gradualidade das palavras nominais e isso se dá mediante o emprego de adjetivos. Por isso, nessa parte teórica, o papel dos modificadores adverbiais sobre os verbos será abordado de maneira muito resumida, embora seja preciso recorrer, na análise final, a essa categoria de modificadores.

língua, é possível dizer que o discurso se constrói sob a seguinte argumentação: *Crédito seca até para as grandes empresas (PT a economia do país corre risco de desaceleração)* A expressão *grandes empresas* dá a dimensão da secura do crédito e do iminente risco de desaceleração na economia do país. Ora, o risco de desaceleração na economia é decorrente da falta de crédito para grandes empresas, ponto de vista para o qual o discurso se orienta. O adjetivo *grandes* reforça a AI de *empresas* e atua como um *modificador realizante* dessa palavra. É possível dizer que esse modificador estabelece uma interdependência semântica mais forte entre *crédito seca para empresas* e *economia em risco*. Analisa-se a seguir alguns parágrafos dessa reportagem.

Parágrafo 1: *Diante de um cenário de incertezas, o crédito praticamente secou até para as grandes empresas nesta semana no Brasil. Nas consultas para tomar dinheiro emprestado ontem e anteontem, as taxas pedidas foram consideradas irreais, com valores que p assaram dos 110% do CDI, e apenas para prazos de menos de 180 dias.*

No primeiro enunciado desse parágrafo, o locutor estabelece uma relação de interdependência entre os dois segmentos aí presentes: *diante de um cenário de incertezas (segmento A)* e *o crédito praticamente secou até para as grandes empresas nesta semana no Brasil (segmento B)*. Trata-se de uma secura de crédito decorrente da insegurança quanto aos rumos da economia do país. O locutor põe em cena dois enunciadores: E1, que é assimilado a uma voz geral, talvez a voz da mídia; e E2, que, por sua vez, é assimilado à voz de analistas econômicos. O locutor concorda com E1, e assume E2. A atitude de assumir um enunciador leva o locutor a impor o ponto de vista desse enunciador no discurso, ou seja, esse é o ponto de vista sobre o qual o discurso se ancora. O locutor dá como fim à sua enunciação impor ao interlocutor o desaparecimento de crédito no mercado. Tal desaparecimento é marcado pelo uso da expressão *crédito praticamente secou*. Se o crédito *praticamente* secou, falta crédito no mercado. Observa-se que o advérbio *praticamente* atenua a AI do verbo secar. Para averiguar a atuação do advérbio *praticamente* no sintagma *praticamente secou*, faz-se o levantamento da argumentação interna desse verbo. Na AI de *secou*, encontra-se o aspecto *estancou portanto esgotou*. Na AI de *praticamente secou*, encontra-se o aspecto *estancou no entanto não esgotou*. Assim, *praticamente* atua como um *modificador desrealizante* de *secou*. Essa atenuação aponta para uma falta acentuada de crédito no mercado, o que levaria a uma desaceleração na economia do país. Se o crédito secasse totalmente, poder-se-ia enfrentar uma

situação ainda mais grave que a desaceleração na economia. Pode-se-ia ter, por exemplo, uma recessão.

Observa-se, ainda, no segmento B, um reforço na interdependência semântica entre os constituintes do enunciado. O uso da expressão “*até para as grandes empresas*” revela uma quase *secura* do crédito em decorrência da insegurança nos rumos da economia. O adjetivo *grandes*, como visto anteriormente reforça a AI de empresas. É, pois, um *realizante* de empresas. Falta crédito não só para as pequenas e médias empresas, mas também para as grandes empresas, aquelas que teoricamente teriam maior disponibilidade de crédito. Falta explicada no segundo enunciado do parágrafo. O locutor põe em cena um enunciador, E3, assimilado a consultores financeiros, que apresenta um sinal de que o crédito está menor, por meio da predicação de *taxas* e de *prazos* para empréstimos. Observa-se aqui o caráter gradual do léxico, marcado no emprego do adjetivo *irreais*, aplicado à construção nominal *taxas pedidas* e explicado em *com valores que passaram de 110% do CDI, e pelo emprego de apenas para prazos de menos de 180 dias*. Essas expressões permitem observar uma gradação para mais, em relação às taxas, e para menos, em relação aos prazos. O adjetivo *irreais* e a expressão adjetival *que passaram dos 110% do CDI* reforçam a AI de *taxas* e de *valores (das taxas)* e atuam, nos sintagmas em que ocorrem, como *modificadores realizantes*. Não se trata, pois, de taxas convencionais, mas de taxas muito acima do convencional. Já a locução adjetiva *de menos de 180 dias* atenua a AI de *prazos*, atuando como um *modificador desrealizante*. Aqui também não se trata de prazos convencionais, mas de prazos menores. A diminuição dos prazos é também assinalada pelo termo *apenas*. O locutor concorda com esse ponto de vista que explica a quase *secura* do crédito, voz imposta no discurso. As taxas muito altas e os prazos menores revelam a falta de crédito no mercado.

Parágrafo 2: *Anteontem, segundo fontes ouvidas pela Folha, o mercado de crédito viveu uma espécie de “feriado” em que nenhuma operação importante foi fechada. O pouco dinheiro emprestado foi de curtíssimo prazo e com taxas proibitivas, que chegaram a inéditos 120% do CDI.*

Nesse encadeamento, o locutor apresenta um enunciador que afirma que o mercado de crédito não operou como de costume, já que não se realizou nesse dia nenhuma operação importante. Ducrot e Carel (2008, p. 17) afirmam que o “enunciado negativo faz alusão a um enunciador positivo”. Dessa forma, nesse encadeamento, entra em cena um enunciador, E4,

que representa o ponto de vista positivo. Esse enunciador exprime o aspecto transgressivo do bloco (A NE B): *feriado no entanto operação importante fechada*. O enunciador negativo, E5, expressa o aspecto normativo A PT neg-B – *feriado portanto nenhuma operação importante fechada*. E5 é assimilado a fontes ouvidas pela folha. Trata-se, pois, de um ponto de vista relativo a essas fontes. O locutor opõe-se a E4 e concorda com E5.

O adjetivo *importante* reforça a AI do substantivo *operação*. Trata-se, pois, de um *modificador realizante*. A expressão *nenhuma operação importante foi fechada* é explicada no enunciado seguinte pelo *pouco dinheiro emprestado*, pelas *altas taxas* e pelos *prazos curtos*. O adjetivo *pouco* atenua a AI de dinheiro emprestado. Foi emprestado dinheiro, no entanto pouco. *Pouco* atua como um *desrealizante* de *dinheiro emprestado*. Nesse enunciado, nota-se a mesma relação gradual já observada anteriormente: para mais, em relação às taxas, e para menos, em relação aos prazos: *proibitivas* e *que chegaram a inéditos 120% do CDI*, unidos ao substantivo *taxas*; e *curtíssimo*, unido ao substantivo *prazo*. O adjetivo *proibitivas* e a oração adjetiva *que chegaram a inéditos 120%* atuam como *modificadores realizantes* do substantivo *taxas*. Já o adjetivo *curtíssimo* atua como *desrealizante* do substantivo *prazo*. Há um prazo, no entanto *curtíssimo* ou quase não há prazo.

Parágrafo 5: *Para Luís Miguel Santacreu, analista da Austin Ratings, a securidade do crédito não significa que os bancos não tenham dinheiro para emprestar, mas que preferem priorizar o próprio caixa num momento em que a liquidez passou a ser um ativo escasso e caro. “Não é todo o crédito que está disponível para as empresas. Os juros estão muito altos, mas é momentâneo. Se virar regra [a flexibilização do] compulsório fracassou. Quem paga isso são as empresas menores que estão sem oxigênio no capital de giro.”*

O primeiro encadeamento desse parágrafo pode ser representado por um encadeamento transgressivo: *secura de crédito(A) no entanto bancos têm dinheiro para emprestar(B)*. O locutor põe em cena nesse encadeamento, no mínimo, dois enunciadores: um enunciador positivo, que expressa o aspecto normativo (A PT neg- B); e um enunciador negativo, assimilado a Luís Miguel Santacreu, analista da *Austin Ratings*, que expressa o aspecto transgressivo do mesmo bloco (A NE B). O locutor concorda com o enunciador negativo e se opõe ao enunciador positivo.

O encadeamento seguinte é também transgressivo: *“os bancos têm dinheiro para emprestar, mas preferem priorizar o próprio caixa.”* A transgressão argumentativa aparece

assinalada pelo articulador *mas* em *mas preferem priorizar o próprio caixa*. Ducrot (2005) distingue as palavras ferramentas, os *conectores*, análogos a *portanto* e *no entanto*, que servem para constituir discursos doadores de sentido, de outra categoria, a dos *articuladores* como *mas*, análogo a *pero* em espanhol. Para o autor, a função do *mas* é comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem. É o que se observa na articulação feita pelo *mas* no enunciado *os bancos têm dinheiro, mas priorizam o próprio caixa*: 1º: *Os bancos têm dinheiro para emprestar PT podem emprestar*; 2º: *Os bancos priorizam o próprio caixa PT não podem emprestar*.

O locutor concorda com o primeiro ponto de vista e assume o segundo, reforçando a situação difícil na economia, já que os bancos têm necessidade de priorizar o próprio caixa e não podem emprestar dinheiro. Nesse encadeamento, a expressão *num momento em que a liquidez se tornou um ativo escasso e caro* forma um elo discursivo com a expressão *crédito seca*. Na AI da palavra *liquidez* encontra-se o aspecto *crédito imediato PT dinheiro*. Entretanto a *liquidez* passou a ser um *ativo escasso e caro*, o que evoca a não possibilidade de dinheiro imediato. Na AI da expressão *ativo escasso*, encontra-se o aspecto transgressivo *crédito NE neg- valor a receber*. Dessa forma, o adjetivo *escasso* atua como um *desrealizante* do substantivo *ativo* e confirma a falta de liquidez, a *secura* de crédito.

O locutor traz para o seu discurso a voz de um outro locutor. Observa-se, aqui, uma *polifonia de locutores*, segundo Ducrot (1987). Esse novo locutor, identificado, nesta análise, como L', põe em cena outros enunciadores, dentre eles, um enunciador negativo, que rejeita a disponibilidade de todo o crédito para as empresas: E1: *crédito disponível PT há crédito no mercado. (A PT B)* e E2: *Neg- crédito disponível PT não há crédito no mercado. (neg- A PT neg- B)*. O L' se opõe a E1 e assume E2, que nega a total disponibilidade de crédito para as empresas, pois há pouco crédito no mercado. E2 também afirma a alta dos juros. O adjetivo *altos* é um realizante de *juros*. Entra em cena E3, que afirma que essa alta é momentânea. Novamente, o uso do articulador *mas* permite comparar as argumentações presentes nos encadeamentos que antecedem e que seguem esse articulador. Nesse enunciado, observa-se o ponto de vista que mostra as pequenas empresas numa situação mais difícil que as grandes empresas. O adjetivo *pequenas* no sintagma *pequenas empresas* é um *desrealizante* do substantivo *empresas* e aponta para uma dificuldade de crédito maior para essas empresas. O locutor do discurso concorda com esse ponto de vista

Parágrafo 8: *Para os bancos pequenos a situação continua crítica, mesmo com a entrada em vigor da flexibilização dos depósitos compulsórios.*

Nesse enunciado, é possível construir um bloco semântico da interdependência existente entre *flexibilização dos compulsórios* e *melhoria da situação*. O locutor põe em cena um enunciador que evoca o aspecto transgressivo desse bloco: *houve a flexibilização dos compulsórios NE a situação continua crítica*. Embora o governo tenha tomado essa medida, ela não devolveu ao mercado o crédito esperado. É um enunciador que apóia o ponto de vista anterior de que as empresas menores enfrentam grandes dificuldades. O adjetivo *pequenos* aparece aí como um desrealizante de *bancos*.

Parágrafo 9: *Segundo Roberto Troster, da Integral Trust, a medida não foi suficiente para resolver os problemas de caixa dos pequenos. Para Troster, se a crise persistir, o BC terá de baixar mais os compulsórios e mexer nas linhas de redesconto. “Os bancos grandes também estão com liquidez reduzida, mas a situação está mais difícil para os pequenos. O BC fez muito pouco, foi muito tímido, em relação ao que tem de ser feito. Precisa dar um sinal forte e claro de que a gente não vai ter problema de liquidez. E ele não está dando esse sinal.”*

O locutor põe em cena um enunciador que apóia o ponto de vista anterior: a flexibilização dos compulsórios não foi suficiente para resolver o problema de caixa dos pequenos. Esse enunciador também revela problemas de crédito para os *bancos grandes*. O adjetivo *grandes* atua como um *realizante* de *bancos*. Tais bancos estão, sob esse ponto de vista, com *liquidez reduzida*, ou seja, não possuem crédito. O adjetivo *reduzida* atua como um desrealizante de *liquidez*. Os adjetivos *forte* e *claro* atuam como realizantes de *sinal*, na expressão *sinal forte e claro* que retoma a insuficiência da flexibilização dos compulsórios.

Parágrafos 11e 12: *De acordo com o Deutsche Bank, os bancos brasileiros também podem enfrentar uma deterioração de ativos e uma alta nos custos de financiamentos. “O sentimento em relação ao setor se deteriorou, e os efeitos indiretos podem gerar pressões adicionais para um ambiente já difícil no Brasil”, afirmou o analista Mário Pyerry, em relatório.*

“Entre os principais riscos estão a deterioração da qualidade dos ativos, a alta nos custos de financiamento, o acirramento da concorrência, o aumento da interferência governamental e um crescimento econômico mais lento”, disse Pierry.

Observa-se, no parágrafo 11, um enunciador, assimilado a uma importante instituição financeira alemã, que afirma que os bancos brasileiros podem enfrentar uma situação mais complicada. Um outro locutor, trazido para o discurso, põe em cena a voz do analista Mário Pierry que prevê pressões adicionais. Essas pressões são identificadas no parágrafo 12. Na expressão *crescimento econômico mais lento*, há a atenuação do crescimento no uso do desrealizante *lento*, o que aponta para a desaceleração na economia do país em decorrência da existência de uma seca do crédito para as grandes empresas.

Parágrafo 13: *Para Milena Zanonini, analista da agência de risco Stand & Poor’s, “os bancos pequenos sempre tiveram uma vulnerabilidade de acesso a funding”, disse.*

Entra em cena um enunciador, assimilado à analista Milena Zanonini, que afirma que os bancos pequenos sempre tiveram vulnerabilidade de acesso a crédito, o que confirma o ponto de vista imposto no discurso de que é a seca do crédito para as grandes que pode levar a uma desaceleração na economia.

Considerações finais

A análise aqui realizada revela que, para construir essa argumentação, o locutor articula vozes de analistas e executivos financeiros. Alguns analistas defendem uma seca de crédito para as pequenas empresas e outros defendem essa seca também para as grandes empresas. O locutor admite a falta de crédito para as pequenas empresas, mas assume o ponto de vista de analistas que afirmam essa falta para as grandes empresas, o que gera um risco de desaceleração na economia brasileira. A seca maior é marcada no título da reportagem em que o locutor toma uma posição mais incisiva e afirma que *crédito secou até para as grandes empresas*. Esta é a direção para a qual o discurso aponta.

A presença dos modificadores realizantes e desrealizantes contribui para a construção dessa argumentação, pois cria uma interdependência mais forte entre os constituintes dos

encadeamentos. Os modificadores também representam, ora um grau maior, ora um grau menor desses substantivos. O locutor reforça, por exemplo, a argumentação interna de taxas com o emprego de realizantes como *irreais*, *proibitivas* e *que chegaram a inéditos 120% do CDI*; e atenua a AI de prazos e liquidez com o emprego de desrealizantes como *curtíssimo* e *reduzida*. Esse reforço e essa atenuação apontam a *secura* do crédito. A atenuação de desenvolvimento econômico por meio do uso do desrealizante *mais lento* aponta para a desaceleração na economia. Dessa forma, observa-se a importante influência dos modificadores nas estruturas em que ocorrem. Observa-se, ainda, que o locutor recorre aos modificadores para direcionar sua argumentação.

Referências

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Madarga, 1983.
- BARBISAN, Leci Borges. Um sentido do adjetivo no discurso. In: *Cadernos de Pesquisas em Lingüística*. Centro de Estudos do Discurso – Programa de Pós- Graduação em Letras da PUCRS, 2006. p. 24-30.
- CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours: argumentar n'est pas justifier. In: *Letras de Hoje*. v. 32, n. 6, mar. Porto Alegre, 1997. p. 23-40.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semática Argumentativa: Una Introducción a La Teoría de Los Bloques Semánticos*. Tradução e edição: Maria Marta G. Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005. 240 p.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *Polifonia y Argumentacion* - Conferências Del Seminário - Teoria da Argumentacion y Análises del Discurso. Cali: Universidad Del Valle, 1988.
- DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de Hoje*. v. 43, n. 1, jan/mar. Porto Alegre, 2008. p. 7-18.